

Nesta edição

- Crise norte-americana provoca revisão de políticas econômicas chinesas, por Roberto Dumas Damas, representante-chefe do Itaú BBA na China
- Governo chinês exige modelo de crescimento pautado por inovação
- Falha em controle de qualidade na China denigre mais uma vez imagem do país no exterior
- O descompasso entre sistema de saúde e crescimento econômico na China
- China e Venezuela duplicam fundo de investimento bilateral e assinam novos acordos de cooperação
- *Dragonomics* analisa o sucesso da Huawei Technologies

Mensagem da Secretaria Executiva

Prezados Senhores,

O Conselho Empresarial Brasil-China, em conjunto com o World Economic Forum (WEF), novamente organizou painel durante a Reunião Anual dos New Champions. Em sua segunda edição, o encontro, realizado em Tianjin de 26 e 28 de setembro de 2008, tornou-se a segunda maior reunião realizada pelo WEF e contou com a presença de 1.400 líderes empresariais, governamentais e acadêmicos, representando mais de 90 países.

No primeiro dia de evento, o painel *China and Latin-America: Beyond Commodities* foi moderado pelo diretor do departamento de América Latina do WEF, Sr. Emilio Lozoya, e por mim. Estiveram presentes o secretário executivo do Ministério Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), Sr. Ivan Ramalho, ex-vice-presidente do Congresso Nacional do Povo da China, Sr. Cheng Siwei, presidente da agência mexicana de fomento ProMéxico, Sr. Bruno Ferrari, assim como presidentes de empresas latino-americanas e acadêmicos chineses. O tema principal do debate foi o desenvolvimento das relações dos países latino-americanos com a China.

Era consenso entre os presentes de que a enorme demanda chinesa por *commodities* proporcionou significativos benefícios para a região latino-americana. Nos últimos sete anos, a região observou expressiva expansão de suas exportações e disparada dos preços de matérias-primas, o que permitiu crescimento econômico em quase todos países. Segundo dados do Ministério do Comércio da China (MOFCOM, na sigla em inglês), entre 2006 e 2007, o comércio da região com o país asiático cresceu 46,2% e totalizou US\$ 112,611 bilhões. Ainda segundo o MOFCOM, em 2007, os investimentos diretos da China no exterior somaram US\$ 37 bilhões, dos quais aproximadamente 50% do montante foram destinados à América Latina.

No entanto, foi também unânime o entendimento de que a relação dos países latino-americanos com a China somente será aprofundada quando os governos da região implementarem esforços para intensificar o diálogo com o país asiático. Para que a América Latina possa evoluir do cenário atual, em que a China compra principalmente matérias-primas da região, para um cenário de integração de cadeias produtivas entre os países por meio de intensos investimentos mútuos, será preciso estimular diálogos permanentes entre líderes dos governos, troca de

experiências empresariais e intercâmbio de informações.

Presente no evento, o diretor do Instituto de América Latina da Academia de Ciências Sociais, professor Jiang Shixue, ressaltou que a China tem procurado diversificar seus parceiros econômicos e políticos, sendo a América Latina considerada como região estratégica nesses dois aspectos. No entanto, somente o interesse já manifestado pela China em fortalecer as relações com a América Latina não foi suficiente para seu desenvolvimento e, segundo o professor, deve haver interesse e ações efetivas dos dois lados para que isso possa ocorrer.

O presidente da agência mexicana de fomento ProMéxico, Bruno Ferrari, ressaltou que esforços de ambos os lados devem ser intensificados, em especial, iniciativas oriundas da América Latina. O presidente da agência discorreu sobre a importância da China para o crescimento econômico da região e a relevância de iniciativas conjuntas entre governos e setores privados para que esses países possam se beneficiar das oportunidades oferecidas pela China. A falta de conhecimento mútuo, que ainda prevalece nas relações, resulta em poucas iniciativas dos dois lados.

Durante o debate, o presidente da Associação Chinesa para Estudos Científicos e ex-vice-presidente do Congresso Nacional do Povo da China, Cheng Siwei, apresentou importante sugestão ao grupo. Após reafirmar que o governo chinês considera a América Latina como região estratégica, ressaltou que ações de aproximação não devem partir exclusivamente do governo chinês e que a América Latina deve procurar promovê-las. Para remover a barreira do desconhecimento que ainda persiste e incentivar o diálogo estratégico entre os governos, sugeriu que fosse realizado foro de discussão entre lideranças governamentais e empresariais chinesas e latino-americanas.

A idéia foi muito bem recebida pelos participantes, em especial pelo secretário executivo do MDIC, Sr. Ivan Ramalho, que apoiou a iniciativa que deverá tornar-se mais um importante instrumento de aproximação dos países e ampliação de comércio e investimentos.

Dessa forma, o Conselho Empresarial Brasil-China e o World Economic Forum, em parceria com o MDIC, agência ProMéxico e Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (APEX) organizarão encontro entre lideranças governamentais e empresariais chinesas e latino-americanas para promover diálogo estratégico, cujo foco será ampliação das relações e integração de cadeias produtivas. O encontro deverá ser realizado no Rio de Janeiro em abril de 2009, durante a reunião regional do World Economic Forum.

Rodrigo Tavares Maciel
Secretário Executivo do Conselho Empresarial Brasil-China ■

Artigo especial

Mudanças na política econômica chinesa

Por Roberto Dumas Damas¹

Apesar da economia chinesa ter crescido respeitáveis 10,4% durante o primeiro semestre de 2008, o governo chinês mudou sua postura de atuação na política econômica. Com as correções de seus preços de ações e ativos imobiliários, agora o governo chinês tem que lidar com um mercado financeiro internacional em colapso, além de sinais claros de desaceleração de crescimento de sua demanda doméstica e internacional.

Com os 3 pilares que sustentam a economia chinesa: Investimentos, consumo e exportações líquidas e com a demanda externa afetada pelos efeitos desencadeados pela crise financeira iniciada nos Estados Unidos, provavelmente o papel do comércio exterior no crescimento econômico chinês será gradativamente menor. A julgar também pelos efeitos da política monetária restritiva iniciada em 2007, com elevação das taxas de juros, aumento das alíquotas de reserva compulsória e imposição de quotas de empréstimos junto a instituições financeiras, o nível de consumo da população também tem sido afetado. Com taxas de crescimento decrescentes de consumo, principalmente em relação

a ativos imobiliários, o nível de investimentos da economia chinesa passará cada vez mais a refletir esses efeitos, principalmente no setor de construção.

Obviamente parece que o governo chinês achou necessário mudar a marcha de sua política econômica, dando agora maior ênfase ao crescimento econômico. Algumas casas de *research* já projetam um crescimento econômico para 2008 de 9,5% a.a., caindo para 8,5% em 2009.

Prova disso, foi a decisão surpreendente de 15 de setembro de 2008 do People's Bank of China (PBoC) ao reduzir suas taxas de juros de empréstimos, além de reduzir também em 100 bps o percentual de alíquota compulsória incidente sobre os depósitos à vista de instituições de pequeno porte, ou seja, não aplicável aos bancos "big 4s". Para as instituições financeiras locais das áreas afetadas pelo terremoto de Sichuan em maio passado, a redução será de 200 bps.

A taxa de juros de empréstimo de curto prazo (1 a 3 anos) reduziu 27 bps, para 7,2% a.a. e 7,29% a.a., respectivamente, ao passo que as taxas de juros de prazos maiores, tiveram uma redução menor de apenas 18 bps., para empréstimos entre 3 e 5 anos e 9 bps para empréstimos com prazo acima de 5 anos. Isso demonstra o interesse do PBoC em impulsionar os empréstimos para as Pequenas e Médias Empresas (SMEs, na sigla em inglês), que geralmente demandam empréstimos de menor prazo, além de aliviar o nível de liquidez dos bancos menores, que foram os mais afetados pelos 15 aumentos de alíquotas de reserva compulsória, que ocorreram desde janeiro de 2007, quando a alíquota era de apenas 9,5%.

Apesar de não haver nenhum anúncio formal, as quotas de empréstimos dos bancos comerciais já não devem ser perseguidas para o ano de 2008 também, principalmente se os próximos dados da economia chinesa mostrarem evidência de sua desaceleração.

Dada a impossibilidade de atender ao trinômio – política monetária independente, câmbio fixo e mobilidade de capitais², o PBoC vinha adotando medidas administrativas junto aos bancos chineses, como forma de limitar a expansão de crédito na economia. Ou seja, sem a possibilidade de aumentar suas taxas de juros, dado o efeito monetário expansionista que tal movimento desencadearia, resultado do influxo de capital, o PBoC passou a limitar o quanto cada instituição financeira poderia emprestar para seus clientes, através da imposição de quotas de empréstimos.

Na realidade, as quotas de empréstimos impostas junto às instituições financeiras já haviam sido parcialmente relaxadas em agosto (5% adicional), agora é apenas uma questão de tempo para que novas flexibilizações dessas quotas sejam formalizadas, como forma de estimular a economia chinesa.

Em relação à evolução da moeda Chinesa (RMB), apesar da aceleração no ritmo de sua apreciação, observado desde o início de 2008, o mercado internacional tem testemunhado nos últimos meses uma clara diminuição do processo de apreciação do RMB, tendo em alguns momentos a moeda chinesa até se depreciado, dependendo do período de análise.

A despeito das vozes internacionais clamando por uma aceleração da apreciação da moeda chinesa, o governo central parece ter adotado a estratégia de introduzir algum grau de incerteza junto aos agentes internacionais, fazendo com que o RMB deixasse de ser apenas "one way bet". Na realidade, ao acelerar o processo de apreciação do RMB no início de 2008, as entradas de capitais na China aumentaram consideravelmente na expectativa de a moeda chinesa continuar com sua tendência óbvia de apreciação. Maiores influxos de capitais resultam em maior oferta monetária, dado o regime cambial adotado pela China. Com a desaceleração do crescimento econômico chinês, torna-se evidente que o processo de apreciação do RMB deixou de ser uma variável dada. Tal conclusão pode ser corroborada ao analisar a evolução das cotações de NDF e RMB *spot* para períodos de 1, 3 e 12 meses. Nestes casos, a cotação do RMB nos contratos de NDF mostra uma convergência entre ambas, denotando, portanto que o mercado praticamente não espera nenhum movimento na paridade do RMB para os próximos meses³.

Diferenças maiores entre IPC e IPP – Como também variável de decisão no abandono de sua política monetária restritiva, em agosto o Índice de Preço ao Consumidor (IPC) chinês atingiu 4,9% a.a., enquanto o Índice de Preço ao Produtor (IPP) alcançou 10,1% a.a. Se por um lado, o índice de preços ao consumidor tem mostrado sinais de

² Ainda que existam restrições a livre mobilidade de capitais, a entrada de *hot money* na China nos últimos anos foi bastante expressiva.

³ Veja Cheung, Yin-Wong: "Some Random Thoughts on the Chinese Yuan" Sep.22,2008.

arrefecimento, desde que Beijing passou a adotar sua política monetária restritiva⁴, por outro esse é o quarto mês que o IPP fica acima do IPC, agora por uma margem ainda maior.

Certamente esse aumento do *spread* entre o IPP e o IPC deve-se em parte à incapacidade do consumidor final em aceitar preços maiores, além da imposição de controles de preços pelo governo central. Em qualquer situação de transmissão, entretanto, fica evidente o prognóstico de uma deterioração das margens de lucros das grandes empresas, que de certa maneira poderá culminar também com um incremento no nível de *non-performing loans* (NPLs) dos bancos chineses

Outras evidências de desaceleração: balança comercial – Não apenas a queda nos preços dos ativos imobiliários, o arrefecimento de alguns índices de inflação, mas também os dados da balança comercial de agosto, de certa maneira confirmam o diagnóstico de desaceleração do crescimento econômico chinês. Em agosto, a balança comercial da China atingiu US\$ 23,6 bilhões, tendo as importações crescido 23% a.a., comparado com o crescimento de 33% a.a. de julho de 2008. Esse menor crescimento das importações em agosto, ainda que parcialmente afetado pela queda dos preços de *commodities*, certamente reflete um desaquecimento da demanda doméstica. As exportações, por sua vez, cresceram apenas 21% a.a., comparado com o aumento de 27% em julho, denotando, portanto, um sinal de desaquecimento econômico internacional.

Bolsas de Valores – Além da medida inesperada de corte das taxas de juros, em 18 de setembro, o governo chinês eliminou o *stamp tax* de 0,1% incidente sobre as operações de compra de ações, além de anunciar que o Central Huijin, o braço do fundo soberano CIC iniciou um processo de compra de ações de pesos pesados como o Industrial and Commercial Bank of China, Bank of China e China Construction Bank.

Esse movimento do governo objetiva justamente impulsionar a Bolsa de Shanghai (SSE Composite Index), que até 23 de setembro já havia caído 58% só em 2008. Esse decréscimo acelerado nos preços das ações certamente carrega um impacto psicológico importante para o nível de consumo chinês, daí a intervenção do governo central, que somado aos últimos acontecimentos nos Estados Unidos e na economia mundial, representa um cenário de desaceleração econômica muito aquém do desejado por Beijing.

É bem verdade que após subir 130% em 2006 e 97% em 2007, o governo chinês parece ter ficado assustado com a queda tão expressiva das bolsas da China continental em pouco tempo.

Um dos motivos para essas subidas tão significativas nos anos anteriores, deve-se em parte ao sistema cambial chinês, que por adotar um sistema *pegged*, impossibilita o PBoC em ter uma política monetária totalmente independente. Impossibilitado em subir suas taxas de juros para conter o ímpeto inflacionário, sob o risco de atrair mais capital especulativo e aumento da oferta monetária, a China passou esses dois últimos anos adotando taxas de juros para depósitos, negativas em termos reais. Ou seja, a população chinesa não encontrava outra alternativa para proteger seu poder aquisitivo a não ser nas bolsas de valores e/ou nos ativos imobiliários. Some-se a isso um país onde praticamente inexistente um mercado de dívida e o processo de regulamentação de mercado de capitais ainda é bastante incipiente.

Pacote fiscal de estímulo: probabilidade cada vez maior – Com as variáveis apontando para uma desaceleração econômica, ganha corpo discussões sobre a adoção de uma política fiscal expansionista pelo governo chinês, como forma de compensar os efeitos contracionistas advindos da crise internacional e de seu mercado doméstico.

Diferentemente de alguns outros países europeus e do próprio Estados Unidos, as contas públicas do governo chinês estão em uma posição bastante confortável. Com uma relação Dívida/PIB de quase 16% em 2007 e um superávit fiscal de 0,7% no mesmo ano, o governo chinês apresenta todas as condições de lançar um pacote de estímulo fiscal para manter o crescimento econômico acima dos 8% para os próximos anos. Resta apenas saber se o eventual pacote fiscal será canalizado para o aumento do consumo das famílias, ao invés de aumentos de investimentos.

Um pacote fiscal orientado para o aumento da seguridade social poderia de certa maneira possibilitar às famílias chinesas pouparem menos por motivos de precaução e gastarem mais, ajudando também a alterar a composição do crescimento chinês, que ficaria mais baseado em consumo e menos dependente da oscilação da economia internacional. ■

Reforma

Inovar ou morrer

Em 2008 a China comemorou 30 anos de reforma e abertura do país. Este processo foi o cursor fundamental para o desenvolvimento da China contemporânea. No entanto, como afirmou o vice-primeiro-ministro chinês, Wen Jiabao, em discurso aos líderes empresariais reunidos em Tianjin durante a Reunião dos New Champions do World Economic Forum, o processo de reforma e abertura está apenas começando. A China ainda encontra-se em estágio preliminar do modelo que eles denominam de socialismo de mercado e, para continuar avançando, o país precisa manter-se comprometido com a abertura e reforma.

Além das reformas sociais que são essenciais para manutenção do processo de desenvolvimento do país e incluem redução do desequilíbrio entre zona rural e urbana, emprego, saúde pública, seguridade social e educação, a China está diante de processo que modifica significativamente o modelo de crescimento, inovação. As empresas chinesas estão sendo pressionadas a inovar e a investir em desenvolvimento tecnológico. No mesmo discurso, Wen Jiabao afirmou que as empresas que não inovarem na China não terão mais sucesso.

Um claro sinal dessa mudança é a própria reforma tributária (em vigor desde janeiro de 2008) que garante incentivos fiscais para empresas com investimentos em pesquisa e desenvolvimento ou para projetos em setores de alta-tecnologia. Ainda, a nova legislação prioriza o investimento estrangeiro que inclua no projeto transferência parcial de tecnologia e treinamento de profissionais chineses para o manuseio da mesma. Aquela China que concedia benefícios fiscais para toda e qualquer empresa que tivesse interesse em investir no país, sem se preocupar com o modelo da planta produtiva que seria instalado, já começa a fazer parte do passado. Essas empresas deverão adotar novos modelos produtivos, estes focados em tecnologias modernas que garantam, no mínimo, eficiência energética e menor consumo de matérias-primas.

O substancial aumento do custo da produção no país (salários, matérias-primas e energia), a adoção de legislação ambiental mais severa e de política monetária mais restritiva, além de intensa valorização cambial, pressiona o modelo produtivo de diversos setores exportadores. Ao que tudo indica, o governo chinês deseja não mais encorajar as empresas ineficientes e deverá continuar a reduzir os subsídios mantidos nos preços de energia, petróleo e de determinadas *commodities*. Segundo estimativas da Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC, na sigla em inglês), cerca de 67.000 empresas chinesas de pequeno e médio porte fecharam suas operações no primeiro semestre de 2008. Ainda que o governo chinês esteja realmente preocupado com a geração de empregos no país, a fim de evitar qualquer agravamento do quadro social, há indícios de que a transformação do modelo produtivo não irá ser interrompida.

Os efeitos dessa transformação já são percebidos, simples análise do histórico da composição da pauta exportadora chinesa evidencia mudança profunda no teor de valor agregado de produtos exportados pelo país asiático. A China que somente exportava manufaturas simples (têxteis, calçados e insumos elétricos de baixo valor agregado) ficou na década de 80. Atualmente, os produtos de alto valor agregado já ocupam maior parcela das exportações chinesas, com destaque para os setores automotivo, computação e de linha branca. A China não poupa esforços para desenvolver tecnologia de ponta, em especial a indústria de aviação que deverá se tornar motivo de orgulho nacional nos próximos anos.

Alguns analistas, como Arthur Kroeber do *Dragonomics*, acreditam que essa mudança de modelo produtivo trará impactos profundos para o mundo, sobretudo, para a América Latina. O novo modelo produtivo chinês deverá, sem dúvida, gerar maior produção com nível de demanda de *commodities* reduzido. A região, beneficiada pela enorme demanda chinesa por matérias-primas, deverá se preparar para enfrentar apetite cada vez menor da China destes produtos no médio prazo.

O lema inovação se tornou prioridade na China. A mudança do modelo produtivo, já em fase de implementação, é realidade. No entanto, o processo será lento e gradual, cada passo será meticulosamente estudado pelo governo chinês. Seus impactos, principalmente na geração de empregos, serão analisados antes que novas medidas sejam adotadas. ■

Controle de qualidade

Segurança alimentar novamente deteriora imagem da China no exterior

Depois de pastas de dente, ração para animais domésticos e brinquedos, é a vez do leite abalar confiança de consumidores chineses em produtos nacionais e retardar projeto de consolidação da imagem da China no mercado internacional como país produtor de bens de qualidade e de referência tecnológica. Mais de 53 mil crianças que ingeriram leite em pó contaminado pela substância melamina foram hospitalizadas, porém, oficialmente, apenas quatro morreram. O governo chinês culpa a falta de moral e ética de produtores e reconhece necessidade de reformas no sistema de fiscalização. Contudo, a mídia e algumas empresas envolvidas no escândalo acusam autoridades governamentais de terem compactuado, e até mesmo solicitado, o atraso do pedido de retirada de produtos irregulares de prateleiras.

A Sanlu Group Co., maior produtora de leite em pó da China e com participação de 18% do mercado doméstico, realizou *recall*, em 11 de setembro de 2008, de aproximadamente 700 toneladas do produto apenas após a internação de 50 crianças com pedras nos rins que haviam consumido leite em pó produzido pela empresa entre março e agosto do mesmo ano. De acordo com a neozelandesa Fonterra, detentora de 43% da Sanlu, a empresa já sabia de irregularidades com seis semanas de antecedência e representantes da Fonterra teriam tentado tornar público o problema. Na época, vésperas dos Jogos Olímpicos, o departamento de propaganda do governo chinês havia emitido comunicado informando quais seriam os temas sensíveis que deveriam ser evitados, o que incluía segurança alimentar. Ainda, em 02 de setembro de 2008, um dos canais estatais de televisão da China exibiu programa que exaltava a Sanlu como empresa modelo em qualidade e segurança.

O escândalo envolve ainda outras 21 empresas do setor de laticínios, não necessariamente produtoras exclusivas de leite em pó especial para crianças. Após pronunciamento oficial da Sanlu, a Administração Geral de Supervisão de Qualidade, Inspeção e Quarentena (AQSIQ, na sigla em inglês) iniciou testes com outros 491 produtos e encontrou melamina em 69 mercadorias. Entre as empresas que tiveram produtos reprovados em testes de qualidade está a Inner Mongolia Yili Industrial Group, uma das fornecedoras de produtos lácteos para atletas olímpicos e paraolímpicos dos jogos de Pequim.

O governo central chinês ordenou a paralisação de unidades de várias empresas envolvidas no escândalo, inclusive da Sanlu, que também teve parte de seus funcionários de alto escalão presos. A investigação também levou à demissão do diretor-geral da AQSIQ, do prefeito da cidade de Shijiazhuang - onde está localizada a sede da Sanlu -, bem como de outros funcionários do governo local e do secretário-geral do Partido Comunista do município.

De acordo com autoridades governamentais, a adição de melamina é feita ainda nos primeiros estágios da produção pelos próprios fazendeiros que fornecem leite a grandes empresas do setor. Misturado em água, a melamina tem por objetivo aumentar a receita de pecuaristas ao tornar o leite menos concentrado e melhorar desempenho em testes de avaliação de valor protéico. Tal substância, utilizada na fabricação de plástico e fertilizantes, é a mesma responsável pela morte de dezenas de animais domésticos em 2007, inclusive nos Estados Unidos, em outro escândalo envolvendo produtos chineses.

Novamente, o caso teve grande repercussão no cenário internacional. Representantes da Sanlu afirmam que produtos contaminados teriam somente sido exportados para Iêmen, Bangladesh, Burma, Gabão e Burundi. Contudo, não se sabe ao certo o volume irregular de mercadorias exportado por todas as empresas acusadas e vários países retiraram produtos chineses de suas prateleiras. Em Hong Kong foram recolhidos leites, sorvetes e iogurtes. França, Índia, Japão e Coréia do Sul retiraram número mais diversificado de produtos, incluindo biscoitos, balas e bolos. Para 2008, especialistas já esperam redução de exportações de laticínios chineses, que em 2007 somaram US\$ 359 milhões, equivalente a aumento de 90% em comparação ao ano anterior. Vale salientar que a China já é o terceiro maior produtor mundial do setor.

Assim como ocorreu em caso similar em 2004, quando vários bebês morreram depois de ingerirem fórmula falsificada de leite em pó sem qualquer valor nutricional, as vítimas foram majoritariamente famílias de baixa renda. O produto da Sanlu custa US\$ 3,20, enquanto de outras marcas concorrentes no mercado chinês custam US\$ 5,00. Com o crescimento econômico e o conseqüente aumento da renda, produtos lácteos têm ganho

maior relevância nas cestas de consumo de famílias chinesas. Na próxima década, a expectativa é de que o aumento do consumo de laticínios seja de 6% a 10% anuais. No entanto, o leite em pó, produto mais vendido do setor no mercado doméstico, ainda está significativamente abaixo das exigências de qualidade do governo, de 3,2g de proteína por 100ml.

O aumento da qualidade da indústria de alimentos da China está intrinsecamente relacionado ao processo de fusões e aquisições - especialmente no setor de laticínios, cujas cinco maiores empresas detêm apenas 40% da produção nacional. Tal processo já é incentivado pela legislação, porém, assim como ocorre em caso de temas ambientais e questões trabalhistas, há dificuldade de implementação e fiscalização, uma vez que governos locais são responsáveis por essas atividades e o sistema regulatório e judicial não é independente. Enquanto isso, o presidente Hu Jintao e o primeiro-ministro Wen Jiabao têm realizado inúmeros pronunciamentos sobre a necessidade de maior responsabilidade dos membros do Partido, governança e fiscalização, bem como sobre número inaceitável de “acidentes” ocorridos no último ano. De imediato, o governo central já anunciou que criará sistema de controle unificado entre AQSIQ e Ministério da Agricultura para evitar novos problemas.

Ainda sem confiar ou esperar por resultados, multinacionais buscam assegurar cadeia de fornecedores exclusivos e de qualidade para sua produção na China – como é o caso do McDonald's para produtos como carne, batata e picles, e da Coca-Cola para açúcar, água e dióxido de carbono. Outras empresas têm optado por encerrar contratos com parceiras chinesas que detinham *joint-venture* no país, como a Unilever, a fim de garantir controle total da produção e evitar riscos. No entanto, mesmo que novos incidentes não aconteçam em curto prazo, o dano já está feito e, mais uma vez, o país dá passos retroativos à consolidação de sua imagem no exterior. Ao que parece, o esforço olímpico governamental em melhorar a percepção de consumidores nacionais e internacionais em relação ao “Made in China” foi suprimido por novo descuido. ■

Reformas

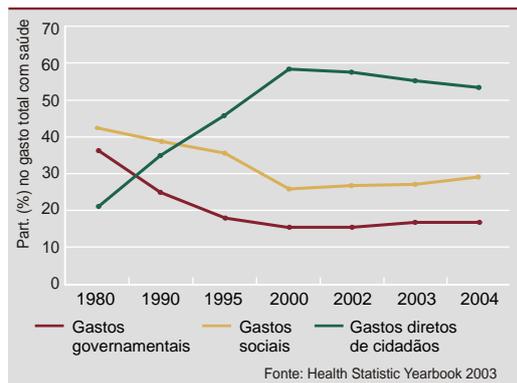
Estagnado, o sistema de saúde chinês elucida fraquezas do crescimento econômico

Nos últimos anos, a China tem passado por significativa transformação de sua imagem no cenário internacional e, a surpreendente (re)conquista de ascensão econômica e relevância comercial, motores dessa mudança, acabam por servir de base comparativa à análise de outras esferas que não somente de cunho econômico. Nesse sentido, os efeitos perniciosos do rápido crescimento da economia, que não raramente perpassam sobre priorização (ou descaso) governamental em relação a alguns setores, se tornam ainda mais evidentes. Entre as deficiências decorrentes do próprio modelo de desenvolvimento adotado, encontra-se o sistema de saúde, que apesar de esforços do governo central, ainda tem longo caminho a percorrer para atingir sucesso similar ao dos principais índices macroeconômicos chineses.

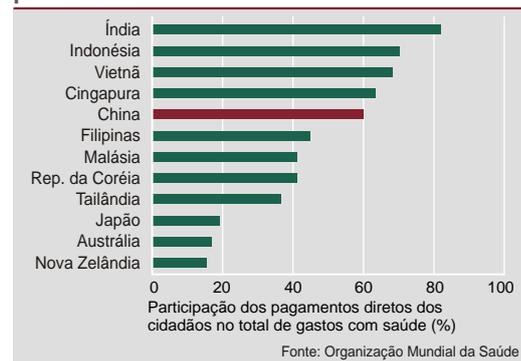
Desde as reformas de abertura da economia iniciadas por Deng Xiaoping em 1978, a China tem assistido à relativa estagnação de alguns setores essenciais e ao agravamento de disparidades, não somente entre regiões do país, como também sociais e setoriais. Algumas reformas permanecem pendentes ou seguem a passos lentos. A modernização do setor de saúde pública somente conquistou relevância na agenda governamental chinesa recentemente, após a adoção do lema de “sociedade harmoniosa” – o qual tem seus principais pilares a redução dos desequilíbrios regionais e sociais e a adoção de modelo de desenvolvimento sustentável de longo prazo.

Os serviços fornecidos pelo, convencionalmente chamado, setor de saúde pública não são gratuitos, mas sim financiados em grande parte pela própria população. Em 2005, os cidadãos chineses foram responsáveis pelo financiamento de 52,2% dos gastos diretos totais com saúde no país – valor significativamente superior ao observado em outros países da região -, enquanto o montante diretamente disponibilizado pelo governo ao setor foi levemente inferior a 18% no período. Os cerca de 30% restantes são relativos a gastos sociais indiretos - sistema de assistência médica - que foi implementado em 1998 na área urbana e é sustentado por 2% do salário bruto dos empregados e 6% de contribuições dos empregadores. Cerca de 30% desse montante é destinado a gastos individuais desses trabalhadores com tratamento médico próprio, enquanto os 70% restantes são alocados no chamado fundo social do sistema de assistência médica.

Gastos com saúde na China



Gastos diretos de cidadão com saúde por país - 2002



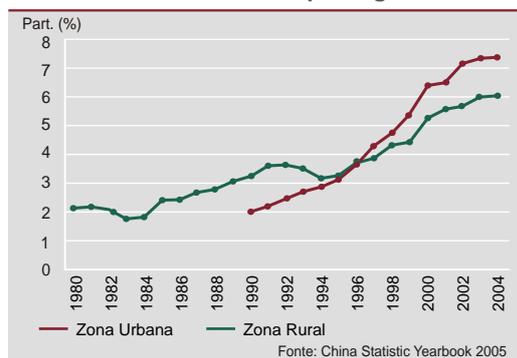
Contudo, a cobertura do sistema de assistência médica varia e o ressarcimento de gastos extras não é total. Além dos significativos gastos, os chineses se deparam, em muitas províncias, com sistema precário, no qual faltam leitos, mão-de-obra qualificada e medicamentos suficientes. Outro problema apontado pela população em algumas províncias se refere à extorsão na prestação de serviços. Dos poucos médicos disponíveis, muitos aplicam preços abusivos até mesmo em procedimentos simples como exames de rotina e consultas. Desacreditados, muitos cidadãos que não possuem planos de saúde privados passaram a optar por não utilizar o sistema público, a não ser em situações emergenciais.

A implementação do sistema em vigor foi também consequência da degradação do setor de saúde com reformas econômicas da década de 90, quando empresas estatais – que antes eram responsáveis, juntamente a outras instituições do governo, pelo financiamento dos gastos com saúde e previdência dos trabalhadores e suas famílias – tornaram-se privadas ou encerraram suas operações.

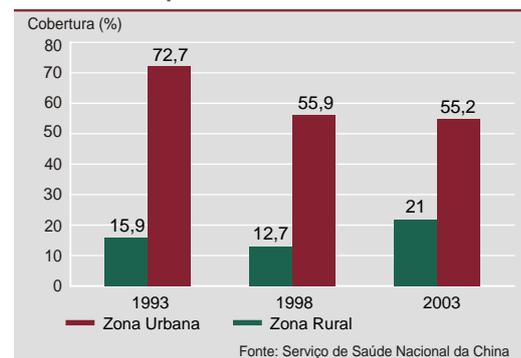
Na zona rural a situação é ainda mais grave. No governo de Mao Tse-Tung, os Sistemas Médicos Cooperativos existentes nas comunas eram responsáveis por providenciar cuidados médicos à população da região. Estes eram financiados pelos fundos de bem-estar das próprias comunas que por sua vez eram constituídos por pagamentos regulares de cidadãos. Entretanto, as reformas econômicas no setor de agricultura fizeram com que o sistema de comunas entrasse em colapso juntamente com o sistema de saúde. Serviços médicos passaram a ser responsabilidade de governos locais, que, principalmente em regiões empobrecidas, não detinham recursos financeiros suficientes para fornecer tratamentos adequados e, como consequência, os preços aumentaram substancialmente. Enquanto em 1975, 85% da população rural possuía cobertura de saúde pelos sistemas de comunas, em 1997 a proporção caiu para apenas 10%. Ainda, a baixa renda dos moradores das áreas rurais agrava o cenário de ineficiência do setor.

A reforma na zona rural somente foi implementada em 2003, nos mesmos moldes do projeto aplicado às áreas urbanas, com contribuição de trabalhadores rurais, governos locais e, pela primeira vez, do governo central. O número de contribuintes saltou de 80 milhões para 700 milhões em apenas 5 anos – quase a totalidade de residentes rurais do país. Todavia, os benefícios são restritos apenas ao local de origem do cidadão (residentes rurais migrantes não têm direito a tratamento em outra localidade) e, assim como ocorre na zona urbana, o sistema não dá cobertura a alguns tratamentos. Vale salientar que a média de reembolsos, para tratamento sem cobertura total, concedidos no campo é de no máximo 30%, o que não soluciona o problema dos gastos excessivos com saúde – na área urbana o reembolso pode ser um pouco maior, porém, o problema persiste.

Gastos diretos com saúde por região na China



Cobertura de planos de saúde na China



E o governo? - O sistema de saúde na China continua sendo praticamente todo estatal, pois o governo ainda acredita que a saúde é parte do sistema de bem-estar social. A maioria dos hospitais e clínicas é administrada e de propriedade do governo. Por tal razão, pode-se colocar como principal motivo do atual cenário, a ausência de investimentos públicos no setor. Apesar da enorme carência do sistema de saúde no país, em 2005 a China gastou com saúde US\$ 42,9 bilhões, valor equivalente a menos do que 2% do total do PIB do país naquele ano. Ao contrário do ocorrido em outros setores, que acompanharam o ritmo de crescimento econômico chinês, o fornecimento de serviços médicos *per capita* ficou estagnado de 1989 a 2003 – sem aumento significativo de postos de saúde, número de leitos, modernização de equipamentos, acesso a medicamentos, entre outros.

Plano de reforma do sistema de saúde - Até 2020, a agenda governamental prevê expansão e melhoria dos serviços médicos de saúde básica, garantindo maior cobertura e abrangência, por meio de acesso mais facilitado a medicamentos e melhor organização e administração de hospitais e clínicas. Com esse objetivo, a China e a Organização Mundial da Saúde (OMS) firmaram em maio de 2008 o acordo de Estratégia de Cooperação do País (Country Cooperation Strategy – CCS). Este, apesar de ter sido precedido por outro documento em 2004, foi o primeiro a ser assinado tanto pela OMS quanto pelo governo chinês. O projeto abrange desde reformas em infra-estrutura até campanhas preventivas de doenças.

A reforma proposta para o setor de saúde chinês, com previsão de dois a três anos de implementação, tem como foco a reorganização do setor. A imposição de normas técnicas e estabelecimento de padrões de qualidade para serviços médicos, intensificação de campanhas preventivas e renovação da mão-de-obra são as principais medidas a serem implementadas.

O governo pretende quebrar o monopólio existente e encorajar a entrada de outros investidores, de forma a promover competitividade e conseqüente aprimoramento em qualidade e eficiência de serviços oferecidos. A reforma inclui maior controle sob o setor para evitar aumentos abusivos de preços e assegurar o fornecimento de cuidados médicos, por meio de reestruturação de órgãos governamentais responsáveis pela administração de hospitais e demais instituições de saúde e criação de novos cargos administrativos.

A reforma também perpassa por alterações legislativas e novas medidas econômicas. O governo chinês se comprometeu a incentivar participação de organizações não-governamentais na administração de instituições de saúde que, por sua vez, serão classificadas em “com fins lucrativos” e “sem fins lucrativos”. Estas últimas terão benefícios fiscais e devem ocupar posição de liderança no sistema. Já instituições com fins lucrativos poderão regular seus próprios preços, desde que em concordância com leis e normas do setor. Ainda, a China implementará subsídios financeiros de forma gradativa, além de interromper relações diretas entre instituições médicas e empresas distribuidoras de medicamentos como mais um esforço no combate à extorsões.

Desde o lançamento do 11º Plano Quinquenal, a China tem demonstrado maior cautela ao tratar de questões sociais delicadas, como saúde e disparidade de renda, e tem reforçado o comprometimento com o aumento do total de investimentos destinados a estes temas. Metas ambiciosas, como o fornecimento de seguros de saúde para toda população urbana até 2010, tem sido constantemente parte do discurso do governo, porém ainda distantes. A fim de tornar mais factível projeto de “sociedade harmoniosa”, é fundamental a ampla e profunda modernização do sistema de saúde nacional. O governo chinês já reconhece o problema, resta saber se terá capacidade de implementação das soluções por ele mesmo formuladas. ■

Dragonomics
Research & Advisory

*Simon Cartledge*⁵

Huawei Technologies, primeira multinacional da China?

Em nível crescente, a Huawei Technologies representa uma China em pequena escala. A produtora de equipamentos de rede de telecomunicações baseada em Shenzhen surgiu do nada na última década para tornar-se uma força econômica global. Seu sucesso está

atrelado aos baixos custos chineses, os quais procura transcender neste momento. Seu impacto está modificando a forma como os negócios têm sido operados no mundo. A empresa tem a ambição de tornar-se uma potência em alta-tecnologia, o que ainda não é uma realidade, porém, devido a sua capacidade em atingir tal objetivo no futuro, deve ser levada em consideração. E, mesmo que a China tenha abraçado as forças de mercado enquanto manteve a participação do Estado na economia em setores considerados estratégicos pelo Partido Comunista, a Huawei, uma empresa privada, recebeu apoio massivo do governo nos âmbitos doméstico e internacional.

Receita e renda líquida da Huawei

Período	Receita US\$ bilhões	Renda Líquida US\$ milhões	Margem (%)
2000	1,9	345	18,2
2001	2,3	258	11,2
2002	2,1	108	5,1
2003	2,7	384	14,2
2004	3,8	624	16,4
2005	6,0	681	11,4
2006	8,5	512	6,0
2007	12,6	674	5,3

Descobrir o que está acontecendo na companhia é uma tarefa difícil. Algumas coisas são claras: um rápido crescimento é uma delas. A receita duplicou entre 2000 e 2004 e, em seguida, mais do que triplicou de 2004 a 2007. Os lucros, no entanto, têm sido mais ou menos constantes nos últimos quatro anos, com margens em queda. A estratégia da empresa, que é sua expansão no exterior, revelou-se custosa, mas não foi questionada por analistas. A maior parte deste crescimento decorre de vendas no exterior, especialmente em países em desenvolvimento da Ásia, África e América Latina.

Receitas por região - US\$ bilhões

Regiões	2006	2007
Ásia/ África/ América Latina	4,8	6,7
China	2,8	3,8
Europa	0,8	2,0
América do Norte	0,1	0,1

O recente crescimento explosivo da Huawei a impulsionou para o topo do *ranking* mundial de fabricantes de equipamentos de telecomunicações. Em 2007, assumiu a quinta posição, colocação até então pertencente à canadense Nortel. A empresa prevê aumento de 38% nos valores dos contratos em 2008, gerando receita de cerca de US\$ 15 a 16 bilhões e aproximando-se do quarto lugar ocupado pela Nokia Siemens Networks.

Receita em 2007 - US\$ bilhões

Empresas	Volume
Cisco Systems	34,9
Ericsson	31,3
Alcatel-Lucent	27,9
Nokia Siemens Networks	21,0
Huawei	12,6
Nortel	11,0

A manutenção de crescimento rápido nos próximos dois ou três anos é virtualmente assegurada. O número dos competidores globais está diminuindo (graças às fusões da Alcatel e Lucent e das operações de rede da Nokia e da Siemens). Operadores gostam de envolver pelo menos dois vendedores em qualquer grande infra-estrutura de compra para manter o maior delas sob controle. Assim, o número reduzido de competidores cria oportunidades para a Huawei.

Em casa, o governo chinês irá finalmente distribuir licenças de 3G, impulsionando massivamente a infra-estrutura. E, uma vez que a corrente de reestruturação das operadoras de telecom estiver completa no final do ano, essas companhias irão provavelmente gastar até US\$ 40 bilhões em aquisições no exterior. Essa atividade também pode criar novos negócios para Huawei.

Com uma pequena ajuda dos amigos - A estratégia geral da Huawei é simples: oferecer equipamentos mais barato do que todos os seus concorrentes, por meio de serviços úteis adicionais, como infra-estrutura de transmissão ou aparelhos portáteis, e, quando necessário, angariar fundos para pagar por tudo isso. Em 2005, a empresa obteve linha de crédito de US\$ 10 bilhões com o China Development Bank (CDB) para ajudar a financiar sua expansão internacional. A Huawei nega que esse dinheiro auxilie a aquisição de equipamentos, porém, a abertura da linha de crédito foi seguida por um contrato de US\$ 200 milhões em suprimento de equipamentos *wireless* para a Nigéria, cujo pagamento inteiro foi financiado pelo CDB. Em maio de 2008, o segundo maior operador de celular da Índia, Reliance Communications, recebeu empréstimo de US\$ 750 milhões do CDB, dos quais pelo menos US\$ 500 milhões foram utilizados na compra de equipamentos da Huawei. A alegação da Huawei de que não teria recebido do governo chinês qualquer subsídio pode ser tecnicamente verdadeira, no entanto, com estes suportes mencionados, tal tipo de ajuda é desnecessária.

Existem, no entanto, justificativas para o sucesso da Huawei que vão além de seus preços baixos. Enquanto a empresa busca atender a reivindicações próprias de pesquisa e desenvolvimento, aprimora continuamente seus equipamentos de forma a permitir que seus clientes possam reduzir custos operacionais - como, por exemplo, diminuir o consumo de energia. A empresa também tem buscado ativamente estabelecer *joint-ventures* e parcerias com as principais empresas do setor tecnológico. Uma *joint-venture* de US\$ 100 milhões foi estabelecida com a Siemens, em 2004, para desenvolver tecnologia móvel 3G. Em 2007, uma *joint-venture* com a Symantec, produtora de *software* de antivírus, foi criada para construir rede de dados e aplicativos de segurança. A Huawei também possui laboratórios conjuntos com a Intel, Texas Instruments, Qualcomm e Infineon, entre outros.

Perguntas e respostas - Ainda, apesar de tudo que se sabe, a Huawei permanece um pouco misteriosa. Uma grande campanha para construção de sua marca (incluindo reformulação de sua logo pela Interbrand e anúncios de página inteira em revistas como The Economist e Business Week) tem como objetivo apresentar a empresa como apenas outro grande vendedor de equipamentos de telecom. Contudo, além das aparências, Huawei ainda parece bastante diferente de seus concorrentes globais.

Uma atitude distintiva chinesa influencia muitas dessas operações. Um visitante ao seu vasto campus de Shenzhen terá recepção elaborada, porém quase não receberá informação. Muito é mostrado, no entanto, não há explicações, e o visitante vai embora tão confuso quanto antes. O bonito relatório anual, disponível no site corporativo, contém algumas estatísticas financeiras selecionadas e muitas páginas de trivialidades sobre gestão. Nenhum alto funcionário é chamado pelo nome, tampouco é mencionada a compensação que recebem. A "mensagem da companhia" é assinada pela "equipe de gestão executiva, Huawei Technologies Co. Ltd".

"Eles possuem o processo da IBM sobreposto a estruturas confucianas de reportagem", disse um consultor norte-americano que trabalhou com a companhia. "Se eu vejo uma organização altamente desenvolvida, centrada nos empregados em razão dos milhões de dólares que eles afundam com (consultores de recursos humanos) Mercer? Não, eles ainda possuem mentalidade de companhia estatal – todos se levantam de suas mesas juntos ao meio-dia para sua pausa do almoço". O fato dos pesquisadores terem colchões ao lado das suas estações de trabalho tem mais a ver com a cultura de um cochilo à hora do almoço do que com a devoção ao seu trabalho, ele acrescenta.

Telefone e petróleo - É freqüentemente perguntado se a Huawei age puramente por motivações comerciais, ou se é agente de políticas estatais mais amplas. É impossível saber ao certo devido à recusa da alta administração em se pronunciar. Contudo, há pistas. Os seus espaços de trabalhos são preenchidos com cartazes que misturam *slogans* ocidentais de motivação corporativa, com outros de apoio à agenda de desenvolvimento da China. A equipe não é apenas a Huawei, como também a nação. Pode não ser inteiramente coincidência que os contratos internacionais da Huawei são em nações que a China corteja como fornecedores de energia – incluindo Nigéria, Venezuela, Arábia Saudita, Emirados Árabes Unidos e Sudão.

Também em casa, as relações da Huawei com o Partido e o governo são difíceis de analisar. No final de 2007, foi anunciada a demissão de 7 mil funcionários que trabalhavam na empresa desde seus primeiros anos. A notícia criou alvoroço na mídia, com comentaristas internacionais e chineses especulando se a decisão seria tentativa de burlar a nova Lei Trabalhista que entraria em vigor em 1º de janeiro de 2008 e que torna mais difícil demitir funcionários antigos. Surgiram em seguida relatos sobre demissões que sugeriam que os oficiais de propaganda do Partido retiraram as mordanças. Não se sabe ao certo se as demissões realmente ocorreram.

A real motivação por trás dos pedidos de demissão pode ser para limpar a estrutura notoriamente nebulosa de seus acionistas. Huawei alega ser em grande medida propriedade de seus empregados, ainda que haja suspeitas de que muitos de seus clientes domésticos também possuam, direta ou indiretamente, participação na companhia. Em 2004, especulou-se que a companhia planejava listar ações no mercado. Tal conversa desapareceu desde então, e os analistas externos freqüentemente teorizam que a complexidade da estrutura acionária impede a listagem.

Em vez disso, a empresa espera agora realizar suas ambições globais com a ajuda de *private equity*. Juntou-se ao Bain Capital em um esforço mal sucedido de tomar por meio

da força a firma de equipamentos norte-americana 3Com, com a qual Huawei possuía *joint-venture* desde 2003. Neste verão, anunciou planos de vender metade de sua divisão de telefone móvel para uma das cinco empresas *private equity* norte-americanas. Os dois movimentos pareciam relacionados. A compra da 3Com foi rechaçada por causa das preocupações de segurança do governo norte-americano. Se uma empresa norte-americana tivesse uma maior participação em uma das principais partes de seus negócios (mas não a estratégica), este poderia ser um caminho discreto para a aprovação em uma próxima vez que a Huawei buscar outra aquisição nos Estados Unidos.

Pessoas, não dólares

Huawei investe 10% de sua receita em pesquisa e desenvolvimento (P&D). Isso implica em salto de gastos de US\$ 600 milhões em 2005 para US\$ 1,25 bilhão em 2007. Tais valores são respeitáveis, mas continuam baixos – grande parte de seus maiores competidores gastam cerca de 15% a 20% de sua receita em P&D. No entanto, concentrar a análise simplesmente no volume de dólares pode não levar em consideração o benefício de ter a disposição um exército de mão-de-obra especializada e barata.

Graças ao vasto número de pessoas que estão trabalhando em desenvolvimento, Huawei pode customizar rapidamente tanto *hardware* quanto *software* – chegando ao ponto de ter equipes de pesquisa dedicadas a clientes específicos. Com o lançamento das redes 3G e 4G essa força só tende a aumentar: ambos sistemas serão crescentemente vendidos nas bases de seus aplicativos, em vez de seus *hardwares*. Isso significa maior customização para atender a necessidades de um grupo ainda mais diverso de usuários.

A maioria da equipe de P&D da Huawei é jovem e relativamente inexperiente (para não mencionar barata), o que a torna mais apta ao trabalho intensivo de customização se comparados aos engenheiros de pesquisa altamente especializados empregados em países desenvolvidos.

Multinacional ou chinesa? - Huawei incorpora muitas das mudanças e contradições da estratégia de desenvolvimento da China. O objetivo original das reformas econômicas lançadas no final da década de 1970 era adquirir vários elementos desejáveis do exterior – principalmente tecnologia – mantendo ao mesmo tempo as portas da China tão fechadas quanto possível. Exposição ao investimento estrangeiro e à economia global durante as décadas de 80 e 90 trouxeram enormes benefícios, reconhecidos pela liderança do país. Contudo, recentes rejeições a investimentos diretos da China no exterior – como a tentativa da Huawei de comprar a 3Com e o esforço mal sucedido em 2005 da China National Offshore Oil Corp. em adquirir a Unocal – deixaram muitos na China se perguntando quão receptivo será o mercado na medida em que mais empresas começarem a se internacionalizar.

Acompanhando esta mudança de ponto de vista, tem ressurgido o apoio às principais empresas de propriedade estatal. Os tomadores de decisão na área econômica permanecem conscientes do valor das forças de mercado, porém, nos últimos anos, também têm observado o aumento do apoio a um grupo menor de 40-50 das maiores empresas estatais do país. A Huawei, ostensivamente privada, não pertence formalmente a esse grupo, no entanto, parece desfrutar de benefícios similares.

A pergunta administrativa a ser feita à Huawei é se ela deveria tentar se comportar mais como empresa multinacional (o que iria requerer mais transparência e investimento em P&D de alto nível), ou deveria se focar em reforçar suas distintivas características chinesas? A resposta não é óbvia. Huawei tem tentado se estabelecer como uma das líderes mundiais em vendas de equipamentos de telecom e alcançou tal meta forçando a indústria a reestruturar sua imagem em vez de o contrário.

O futuro pode continuar a favorecer essa abordagem. As empresas de equipamento de telecom gostam de falar sobre o aumento do componente de serviços de seu trabalho. Entretanto, o lançamento das redes 3G e 4G irá envolver “nova forma de operários”, nas palavras de Ross O’Brien, chefe do setor de informação e de prática de tecnologia de comunicação da consultoria de Hong Kong, Intercedent Asia. Em outras palavras: intensiva

em mão-de-obra, tarefas repetitivas, com algum grau de customização, contudo, requerendo grande número de técnicos de baixos preços relativos em vez de número menor de engenheiros altamente capacitados.

Provavelmente a Huawei continuará a fazer a vida dos gigantes menos confortável por meio das aptidões dos operários. Também tentará imitar algumas das aptidões de tais gigantes, especialmente no desenvolvimento de novas tecnologias. No entanto, o movimento em direção a fronteira tecnológica é um curso de ação com improvável sucesso para os próximos anos.

Em suma, Huawei provavelmente irá persistir na sua esquizofrenia - destacando suas aspirações de alta tecnologia, enquanto ganha parte do mercado com preços mais baixos. E, na medida em que a China irá continuar a ser um país onde realidade e suas representações mantêm relação ambígua entre si, a Huawei continuará a ser uma empresa cuja opacidade é acompanhada por capacidade contínua de fornecimento de produtos competitivos a um preço que concorrentes terão dificuldade em alcançar. ■

© Dragonomics Research & Advisory. Esta análise foi preparada a partir de fontes de dados que nós acreditamos serem confiáveis, mas nós não fazemos nenhuma representação de sua precisão ou integridade. Esta análise é publicada apenas para a informação dos clientes da Dragonomics Research & Advisory e não é uma oferta de venda ou compra, nem uma solicitação de oferta para a oferta de compra ou venda de um derivativo. Esta análise não deve ser interpretada como a provisão de investimentos para nenhum estado, país, ou jurisdição nas quais esses serviços sejam ilegais. As opiniões e estimativas expressadas nessa análise constituem nosso julgamento dos dados que nos foram apresentados e são sujeitos à mudança sem notificação prévia.

Reprodução autorizada de artigo do Dragonomics Research & Advisory (www.dragonomics.net) publicado em 04.09.2008. O conteúdo não reflete necessariamente a posição do CEBC nem de seus associados. Os editores da Carta da China traduzem os artigos publicados no convênio CEBC-Dragonomics Research & Advisory sem alteração ao conteúdo original.

Relações bilaterais

China e Venezuela dobram fundo estratégico e firmam novos acordos de cooperação

Na quinta visita oficial do presidente venezuelano, Hugo Chávez, à China, realizada em setembro de 2008, foram firmados 12 acordos, que abrangem setores de telecomunicação, educação, agricultura, mineração, segurança econômica e militar. A visita tinha como principais objetivos aprofundar relacionamento bilateral, em especial, aumentar cooperação tecnológica e no setor petrolífero, bem como formação de empresas mistas financiadas pelo fundo binacional de investimentos. O encontro faz parte de uma série de visitas de Chávez a seis países considerados aliados, incluindo Rússia e Cuba.

Entre os acordos firmados, merecem destaque o documento que eleva de US\$ 6 bilhões para US\$ 12 bilhões os recursos disponíveis no fundo de investimentos binacional, estabelecido em 2007 e destinado majoritariamente a projetos de infra-estrutura. A duplicação do valor, que fez do fundo o maior concedido pela China a um único país desde 1949, foi estabelecida por meio de memorando de entendimento entre o Banco de Desenvolvimento da China, China National Petroleum Corporation (CNPC) e a venezuelana Petróleos de Venezuela S.A. (PDVSA).

No setor petrolífero, foi acordado que a Venezuela, quinto maior produtor mundial de petróleo, irá aumentar em 25% o seu fornecimento de petróleo bruto para China em 2009 e, dessa forma, exportar 500 mil barris diários. Também foi estabelecida a realização de estudo conjunto entre as estatais PDVSA e a chinesa Sinopec para construção de refinaria na Venezuela com capacidade de refinar até 300 mil barris diários. A construção de outras três refinarias em locais ainda não definidos também está sendo negociada. Em maio de 2008, já havia sido acertada a construção de refinaria na província de Cantão, na China, com capacidade de 400 mil barris diários.

A fim de desenvolver e recuperar solos agricultáveis, a Venezuela também firmou acordo com a Heilongjiang Xiliang Grains and Oil Group. Já na área militar, o governo venezuelano adquiriu 24 aviões de treinamento e combate K8 e dez radares de alcance de 444 km produzidos pela China. Desde o embargo de armas imposto pelos Estados Unidos à Venezuela, China e Rússia tornaram-se os maiores fornecedores de armamento para renovação e ampliação do arsenal bélico do país.

Com o fim da Guerra Fria e, posteriormente, com redirecionamento da política externa

norte-americana para o combate na Guerra Contra o Terror, a América Latina, que até então era vista como “quintal” dos Estados Unidos, passa a perder relevância na agenda do país. Diante desse vácuo de poder, abriu-se espaço para o surgimento de governos populistas e de esquerda, como no caso da Venezuela, bem como para a polarização das relações bilaterais estratégicas. Tal fato explica, mesmo que parcialmente, o aumento expressivo de acordos estratégicos e militares, como os firmados recentemente entre a Venezuela e a China, e até mesmo entre o país e a Rússia. Estes, além de vistos por Hugo Chávez como oportunidade econômica, também servem de reforço a seu discurso de não-alinhamento aos Estados Unidos. ■

Aviação I

China promove fusão de estatais do setor aeronáutico após adiamentos

Após série de adiamentos ocorridos desde o início de 2008, o governo chinês anunciou em setembro de 2008 a fusão entre as indústrias do setor aeronáutico AVIC I e AVIC II, parceira da Embraer na China. A nova empresa controlará 10 subsidiárias no país e se chamará China Aviation Industries Corporation Group, nome praticamente idêntico ao da empresa no período anterior a 1999, quando então houve a separação das duas empresas. A decisão tem por objetivo concentrar esforços da indústria aeronáutica chinesa na produção de aeronaves de grande porte – uma delas irá competir com os 737s da Boeing e A320s da Airbus – e militares.

A fusão das indústrias corrobora a diretrizes do 11º Plano Quinquenal (2006-2010), que incentiva desenvolvimento e fortalecimento da indústria aeronáutica chinesa, com foco na produção de grandes aeronaves, helicópteros, motores para aviões civis e equipamento para aeronaves comerciais. Também nesse sentido, em setembro de 2008, a subsidiária da nova empresa, Chengdu Aircraft Industrial, anunciou construção de novo parque industrial aeronáutico avaliado em US\$ 87,8 milhões, cujo início das operações está previsto para 2010. As novas instalações irão produzir nariz e partes anteriores à fuselagem, bem como portas de embarque e trens de pouso.

Sistema bancário

Bank of China adquire 20% de gestora de recursos do grupo LCF Rothschild

Terceiro maior banco chinês em valor de ativos, o Bank of China (BoC) anunciou aquisição de 20% do capital da La Compagnie Financière Edmond de Rothschild (LCFR), unidade de gestão de ativos do banco francês LCF Rothschild Group, em setembro de 2008. Segundo comunicado oficial, a aquisição de capital pelo BoC, no valor de US\$ 342 milhões, visa à formação de *joint-venture* de gestão de ativos e *private-banking* que irá fornecer serviços da LCFR no mercado chinês através das quase 11 mil agências do BoC no país asiático.

Com a aquisição, Bank of China será o segundo maior acionista do LCFR, atrás apenas do presidente do grupo Rothschild, Benjamin de Rothschild, que detém 75% do capital total. A parceria com a LCFR faz parte da estratégia de internacionalização e desenvolvimento de serviços a clientes do BoC. Em julho de 2008, o BoC adquiriu 30% do fundo suíço Heritage Fund Management AS, por US\$ 9 milhões.

Energia I

Governo chinês permite que províncias aumentem preço sobre serviço de aquecimento

Em função da alta dos preços de carvão, que tem pressionado lucros de empresas do setor de energia, o governo chinês autorizou elevação do preço cobrado pelo serviço de aquecimento, em setembro de 2008. No entanto, tal medida somente será implementada após consultas públicas e deverá ser acompanhada de subsídios a consumidores de baixa renda. Os governos locais poderão também reduzir impostos e adotar políticas preferenciais de proteção a empresas de serviço de aquecimento.

Responsável por aproximadamente 80% do total de energia produzida na China, o carvão



teve seu preço duplicado em 2007 em algumas regiões do país. Desde 2005, o preço do produto era determinado pelo mercado, porém, com a inflação, o governo chinês estabeleceu valor teto de comercialização da *commodity*, que mesmo assim registrou alta de 14% de julho a agosto de 2008.

Em razão do aumento dos preços de *commodities* energéticas no mercado internacional, a China tem tentado, sem muito êxito, reduzir perdas de empresas domésticas do setor que, embora tenham registrado aumento em seus custos produtivos, têm os preços de seus serviços regulamentados pelo governo. Desde junho de 2008, a Comissão Nacional de Desenvolvimento e Reforma (NDRC, na sigla em inglês) já elevou duas vezes as tarifas sobre fornecimento de eletricidade, no entanto, tal medida teria sido capaz de cobrir apenas 15% dos lucros perdidos por empresas do setor.

[Leia mais](#)

Carta da China 38

Fusões e aquisições I

CNOOC realiza maior aquisição em valor de empresa estrangeira do setor de energia

China Oilfield Services Ltd. (COSL), pertencente ao grupo China National Offshore Oil Corp. (CNOOC), maior empresa de produção de petróleo *offshore* do país, completou aquisição da norueguesa Awilco Offshore ASA, por US\$ 2,51 bilhões em setembro de 2008. Awilco possui operações na Austrália, Vietnã, Arábia Saudita e países do Mediterrâneo. A operação é a maior aquisição total no exterior em valor realizada pela China no setor de energia.

Telecomunicações

Reforma das telecomunicações: Pequim diminui barreira de entrada e fusões propostas em maio começam a tomar forma

O Conselho de Estado da China anunciou, em setembro de 2008, revisão das regras sobre entrada de empresas estrangeiras no setor de telecomunicações do país. A medida, de vigência imediata, diminui para cerca de US\$ 146 milhões o capital mínimo registrado para empresas operando em nível nacional e para cerca de US\$ 28,5 milhões para empresas em nível provincial. A limitação de participação de empresas estrangeiras no capital de empresas do setor, contudo, continua limitada a 49% em empresas de serviços móveis e internet e a 50% nas empresas classificadas como de “valor-agregado” – que oferecem serviços de *download* de toques de celular e jogos, por exemplo.

Logo em seguida, acionistas da China Unicom e China Netcom aprovaram proposta de fusão das duas empresas, prevista para ser efetivada em 15 de outubro de 2008. Acionistas da China Unicom também aprovaram a venda de sua menor unidade de telefonia móvel para a China Telecom. As operações entre China Unicom, China Telecom e China Netcom fazem parte de ampla reforma visando à maior competitividade e eficiência do setor de telecomunicações do país, recomendada pelo governo chinês em maio de 2008. Com cerca de 583,5 milhões de usuários de telefones móveis em 2008 e de receita superior a US\$ 10 bilhões em 2007 – equivalente a crescimento de 10,9% em relação ao ano anterior –, a China é o maior mercado de telecomunicações mundial em termos de consumidores.

[Leia mais](#)

Carta da China 38

Fusões e aquisições II

China International Marine adquire 60% da TGE Gas

China International Marine Containers (CIMC) completou a aquisição de 60% da TGE Gas Investment SA por US\$ 30 milhões em setembro de 2008. A maior fabricante mundial de contêineres para indústria naval se tornou também a maior acionista da TGE Gas, que pertence à empresa de Luxemburgo, Gasfin Investment SA. O acordo prevê que a CIMC pague adicional de US\$ 7,5 milhões por ano, em 2009 e 2010, se a TGE Gas alcançar metas de produção.

CIMC declarou que a aquisição da TGE Gas poderá aprimorar habilidades técnica e manufatureira, especialmente no estoque e processamento de gases petroquímicos, uma vez que garante acesso à tecnologia avançada da TGE Gas para terminais de recepção do gás liquefeito de petróleo (GNL) e permite intercâmbio de conhecimentos em desenvolvimento tecnológico e governança corporativa.

Mercado de trabalho

Sindicato oficial da China pressiona empresas estrangeiras a aceitar afiliação de trabalhadores

O All-China Federation of Trade Unions (ACFTU), único sindicato permitido pelo governo chinês e que conta com cerca de 200 milhões de trabalhadores afiliados, tem pressionado empresas estrangeiras que operam na China a aceitar a formação de comitês do ACFTU dentro de suas plantas e escritórios. Wal-Mart, McDonald's e Yum! Brand, proprietária do Pizza Hut e KFC, já autorizaram o estabelecimento destes comitês.

Em junho de 2008, o sindicato iniciou amplo programa de filiação de trabalhadores, com objetivo de registrar 80% dos funcionários das maiores empresas estrangeiras operando no país até 30 de setembro do mesmo ano. Com a aproximação do prazo final, empresas têm sido pressionadas a permitir sindicalização, sob pena de sofrerem fiscalização constante do governo, recriminação pública e até mesmo acusações de atividade ilegal. As empresas que admitirem a criação de comitês em suas instalações poderão negociar o pagamento de encargo trabalhista de 2% ao sindicato e influenciar na escolha do representante da ACFTU responsável por seus funcionários, que é membro do Partido Comunista e ficará na empresa em tempo integral, sem poder ser demitido.

O aumento da proteção aos trabalhadores chineses está em processo desde a posse de Hu Jintao como presidente da China em 2003, tendo entre seus objetivos de governo a criação de uma "sociedade harmoniosa" – na qual o equilíbrio das relações trabalhistas seria um dos pilares fundamentais. Em julho de 2007, o Comitê Permanente do Congresso Nacional da China (CNPC, na sigla em inglês) aprovou nova lei trabalhista, que entrou em vigor em janeiro de 2008, que reforça papel da ACFTU, amplia direitos trabalhistas e limita uso recorrente de contratos temporários.

[Leia mais](#)

[Carta da China 29](#)

Aviação II

Airbus inaugura primeira linha de montagem fora da Europa

A francesa Airbus inaugurou primeira linha de montagem fora da Europa, em Tianjin, norte da China, em setembro de 2008. A unidade, *joint-venture* entre Airbus, Tianjian Free Trade Zone e China Aviation Industry Corporation, custou US\$ 600 milhões e será dedicada à montagem de aeronaves da família A320, que atualmente já somam 351 em operação no mercado chinês.

A primeira aeronave montada na unidade será entregue em 2009 à companhia Sichuan Airlines e, já em 2011, espera-se que a linha de montagem seja capaz de entregar quatro aeronaves ao mês. A Airbus A320 Family Final Assembly Line (FALC), como foi chamado o empreendimento, demonstra o comprometimento da Airbus em investir no mercado de aviação chinês, que cresce 14,5% ao ano. A empresa afirmou que espera demanda chinesa por mais de 3.000 aeronaves nos próximos 20 anos, fazendo do país o segundo maior mercado aeronáutico mundial, atrás apenas dos Estados Unidos.

Energia II

Petrochina anuncia refinaria de US\$ 1,2 bilhão

A PetroChina Co., segunda maior refinadora de petróleo da China, anunciou início da construção de refinaria na província ocidental de Ningxia, em 22 de setembro de 2008. Com custo de US\$ 1,2 bilhão e previsão de conclusão até o final de 2010, a usina terá capacidade de refinar 5 milhões de toneladas métricas de petróleo bruto por ano.

As duas maiores estatais chinesas de energia, PetroChina e Sinopec, têm ampliado capacidade de produção para a crescente demanda energética do país asiático. Segundo Sinopec, a expectativa é de que até 2010 a capacidade de refino da China será de 460 milhões de toneladas de petróleo por ano, equivalente a crescimento de 24% em relação a 2008.

Legislação

Para assegurar produção de alimentos, Pequim anuncia nova legislação sobre terras aráveis

O Ministério da Terra e dos Recursos (MLR, na sigla em inglês) anunciou nova legislação sobre utilização de terras aráveis para fins não-agrícolas, ao início de setembro de 2008. As

novas regras, que entram em vigor em 2009, obrigam proprietários a recuperarem, antes do início de seu empreendimento, áreas de igual tamanho aos terrenos férteis utilizados em atividades que não produção de alimentos. A recuperação pode ser realizada de forma direta ou através de pagamento de indenizações a autoridades locais. Governos provinciais que não fiscalizarem ou desrespeitarem a medida terão, no ano subsequente, as quotas de construção reduzidas. Projetos considerados “de relevância nacional”, como a ferrovia de alta velocidade Pequim-Xangai e o Projeto de Desvio de Água Sul-Norte (South-to-North Water Diversion Project), estão isentos da legislação.

A lei demonstra a preocupação do governo central com aceleração da urbanização e com o desgaste de terras agricultáveis e, conseqüentemente, produtividade de alimentos no país. Ao final de 2007, a China já possuía apenas 121,73 milhões de hectares disponíveis para a atividade agrícola – valor significativamente próximo ao estabelecido como mínimo recomendável ou “marca crítica” para 2020, de 120 milhões de hectares aráveis. A China possui um quinto da população mundial, porém, apenas 10% das terras agricultáveis mundiais.

Energia III

China e Jordânia assinam acordo de cooperação energética

A empresa China's Shandong Electric Power Construction Corp III (SEPCO III), uma das maiores do setor energético do país, e a empresa Jordan Samra Electric Power Generating Co. (SEPGCO) assinaram acordo para aumentar capacidade produtiva da planta da SEPGCO localizada na cidade de Zarga, na Jordânia. O projeto de expansão da empresa jordaniana prevê que a parte chinesa auxiliará na instalação de gerador à gás que adicionará capacidade de 100MW à planta, permitindo que projetos futuros da Samra atinjam 300MW. Estima-se que as operações comerciais tenham início em junho de 2010.

O acordo demonstra a aproximação crescente entre os dois países que possuem interesses comuns, em especial no setor energético. O projeto auxiliará a Jordânia a atender à crescente demanda nacional e regional por aumento de produção de energia. A China, por sua vez, amplia e diversifica seus projetos no setor energético (o qual não consegue suprir as demandas da crescente economia nacional) e ainda aumenta sua influência na região considerada econômica e politicamente estratégica para os chineses.

Política externa

China usa fundo soberano para retomar relacionamento diplomático com a Costa Rica

O Ministério de Relações Exteriores e Culto da Costa Rica tornou público, em setembro de 2008, Memorando de Entendimento com a China no qual confirma a utilização de reservas do fundo soberano chinês para estimular corte de laços diplomáticos da Costa Rica com Taiwan. O documento, assinado ainda em junho de 2007, restabelece relacionamento com a China após 63 anos e acorda a aquisição de US\$ 300 milhões em títulos da dívida pública costarriquenha pela China, bem como a concessão de US\$ 130 milhões para o governo latino-americano que não precisarão ser reembolsáveis.

Sob jurisdição da Administração Estatal das Reservas Estrangeiras (SAFE, na sigla em inglês), o fundo soberano chinês, China Investment Corp. (CIC), foi criado em março de 2007 com o objetivo de diversificar e obter maior retorno financeiro de investimentos realizados com as reservas cambiais do país - de aproximadamente US\$ 1,9 trilhão. Até sua criação, os investimentos se concentravam em títulos de tesouro pouco lucrativos e outros instrumentos de renda fixa.

Em busca do maior número de aliados políticos, China e Taiwan costumam atrelar manutenção de relacionamento diplomático a pacotes de investimento, vantagens comerciais ou até mesmo concessões de crédito. Contudo, essa é a primeira vez em que se tem conhecimento da utilização dos recursos da CIC para tais fins. Na América Latina, doze países ainda mantêm relações com Taiwan, entre eles o Paraguai, que recentemente anunciou interesse em retomar relacionamento com o governo chinês.

Programa espacial

China realiza sua primeira “caminhada” no espaço

A China se juntou à Rússia e aos Estados Unidos e tornou-se o terceiro país a realizar caminhada espacial ao lançar nave Shenzhou VII tripulada por três astronautas, em 25 de setembro de 2008. A viagem, que é a terceira missão espacial chinesa tripulada, faz parte do ambicioso programa espacial chinês que inclui envio de tripulação à Lua. O programa é liderado por militares, porém envolve mais de 100 mil civis de 3 mil instituições diferentes.

Apesar dos alardes sobre o expressivo e rápido avanço do programa espacial da China, bem como o sucesso das missões já realizadas, especialistas admitem existência de lacuna tecnológica entre o projeto chinês e os russo e norte-americano. A maior parte dos projetos desenvolvidos é realizada por técnicos e cientistas chineses, contudo, a China possui acordo de cooperação no setor com a Rússia, que entre outras atividades, treina astronautas chineses. Além de valor estratégico, o país asiático busca se inserir no mercado de desenvolvimento tecnológico. O lema inovar ou morrer que tornou-se fundamental na China reflete a necessidade de dominar todas as tecnologias necessárias para o desenvolvimento, em longo prazo, da produção industrial do país. Ademais, o programa espacial da China também contribui para o fortalecimento da imagem do país asiático como produtor e fornecedor de tecnologia avançada.

Relações bilaterais

China e Estados Unidos discutem questões comerciais em Comissão Conjunta

O 19º encontro da Comissão Conjunta de Comércio e Negócios China-EUA (JCCT, na sigla em inglês), da qual participaram o vice-premiê chinês, Wang Qishan, o secretário de comércio norte-americano, Carlos Gutierrez, e a representante de Comércio dos Estados Unidos, Susan Schwab, terminou com uma série de compromissos assumidos por ambas as partes, apesar de poucas decisões de cunho imediato.

A China comprometeu-se, no que tange ao comércio de produtos médicos e farmacêuticos, a atualizar bianualmente sua Lista Nacional e Regional de Remédios para Reembolso – permitindo maior penetração de drogas norte-americanas no mercado doméstico – e a simplificar o processo de inspeção para entrada de aparelhos médicos. Os países acordaram ainda a assinatura de memorando de entendimento sobre cooperação na administração e garantia de marcas registradas e *copyright*. Foram também discutidas, porém sem grandes avanços, novas regras para a entrada de empresas de telecomunicação na China, compras governamentais e barreiras fitossanitárias.

Os Estados Unidos se utilizam de diversos mecanismos de aproximação política, econômica e comercial com a China, investindo na manutenção de diálogo freqüente com o país asiático. Esse mecanismo, assim como o mecanismo de Diálogo Estratégico, são usualmente utilizados pelos norte-americanos para favorecer a entrada de seus produtos no mercado chinês.

Carta da China

A Carta da China é publicada mensalmente pela secretaria executiva do Conselho Empresarial Brasil-China. Os artigos publicados não necessariamente refletem a opinião do CEBC nem de seus associados. A escolha de artigos analíticos, de matérias comentadas e de resumos de notícias é de responsabilidade da secretaria executiva do CEBC.

A Carta da China é distribuída a associados do Conselho Empresarial Brasil-China e a destinatários recomendados por associados.

Editores

Rodrigo Tavares Maciel
Vivian Alt
Zaira Lanna
Estagiários: Ana Luiza do Carmo, Lara Azevedo e Thiago Scot

Atendimento ao leitor

cebc@cebc.org.br

Edições anteriores

Disponíveis para download em www.cebc.org.br

Projeto gráfico

Presto Design